

CPI aprova relatório e promove ação conjunta para punir os envolvidos

Comissão entrega resultados de suas investigações a representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal

Reforma agrária descentralizada terá empréstimo de US\$ 90 milhões

O Senado autorizou ontem o governo federal a tomar um empréstimo de US\$ 90 milhões do Banco Mundial, destinado a bancar um projeto de reforma agrária no qual o governo teria pouca participação e associações comprariam as terras para seus filiados. Conforme o Ministério Extraordinário da Política Fundiária, o governo sozinho tem dificuldades de fazer a reforma agrária e essa descentralização experimental pode indicar novos rumos para a redistribuição de terras.

As primeiras associações beneficiadas se localizarão nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, e o dinheiro será liberado para compra das terras pelo Banco do Nordeste e pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. O projeto piloto será desenvolvido durante três anos, conforme o relator da proposta, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

No total, com a participação do governo federal e dos estados, serão gastos no programa piloto R\$ 150 milhões. Além de pagar a compra de terras, o dinheiro será também empregado em obras de infra-estrutura comunitária, assistência técnica e treinamento e administração do projeto.



A CPI dos Precatórios (foto) aprovou ontem à noite o relatório apresentado pelo senador Roberto Requião como conclusão das investigações sobre títulos emitidos para pagamento de débitos judiciais. Antes, a CPI entregou os resultados de suas investigações a representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal. Os senadores saudaram a ação conjunta como uma iniciativa importante para punir os envolvidos. **Página 2**

CCJ vota hoje emendas à proposta da Previdência

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), transferiu para hoje, às 10h, a votação em globo das emendas destacadas que foram oferecidas ao substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de

emenda constitucional que reforma a Previdência Social.

Tebet disse considerar a reforma previdenciária "a matéria mais importante que está sendo apreciada pelo Congresso". Ele concedeu o adiamento em atenção a pedido das lideranças.



Tebet: matéria mais importante da temporada



Beni Veras é o relator da proposta da Previdência

Suassuna: rigor contra "colarinho branco"

Senador defende lei severa contra crimes no sistema financeiro. **Pág. 3**

Efeito vinculante dependerá da decisão de dois terços do STF

Inovação sugerida pelo senador Ronaldo Cunha Lima e aceita pelo relator, senador Jefferson Péres, altera a proposta de emenda constitucional que introduz o efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Matéria deverá ser votada hoje pelo plenário do Senado. **Página 4**



Requião, Geraldo Melo, Tuma e Cafeteira participam da última reunião da CPI dos Precatórios

Por discordar da forma como se decidiu a questão dos votos em separado, Geraldo Melo renuncia à condução dos trabalhos

CPI aprova relatório e encerra sete meses de investigação

A CPI dos Precatórios aprovou, às 20h20 de ontem, por unanimidade, o relatório apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) como conclusão das investigações sobre títulos emitidos para pagamento de débitos judiciais. Por seis votos a cinco, a CPI decidiu que os votos em separado apresentados por alguns senadores não tinham o poder de alterar o relatório final, como havia sido acertado em reunião anterior. Sentindo-se desautorizado, o presidente em exercício, Geraldo Melo (PSDB-RN), renunciou à presidência dos trabalhos.

Assumiu então, por ser o mais idoso dos presentes, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o qual também renunciou logo em seguida, em solidariedade a Geraldo Melo. Assumiu os trabalhos o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o qual, por proposta de Requião, determinou que os votos em separado apresentados na ocasião entrariam no relatório como anexos. Esses votos haviam sido apresenta-

dos pelos senadores Jäder Barbalho (PMDB-PA), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Gilberto Miranda (PFL-AM), Onofre Quinan (PMDB-GO), José Agripino Maia (PFL-RN), Emília Fernandes (PTB-RS) e Esperidião Amin (PPB-SC).

A senadora Emília Fernandes disse que a CPI demonstrou que, mediante a comercialização de cerca de 2,5 milhões de títulos de 10 estados e municípios, equivalentes a R\$ 3,5 bilhões, um conjunto de empresas, muitas delas fantasmas, "fabricaram lucros que superaram R\$ 200 milhões".

VOTO

O primeiro voto submetido a exame foi o de Onofre Quinan, defendido por Jäder Barbalho. Ele queria retirar do relatório a afirmação de que o ex-governador Luiz Antonio Fleury foi o "recordista na inflagem de precatórios". "O fato determinado é uma exigência constitucional", disse Jäder para frisar que as investigações da CPI só podiam se ater aos anos de 1995 e 1996, jamais ao período anterior, no qual Fleury foi governador. O senador Gilber-

to Miranda também defendeu o ex-governador.

Nesse momento, o senador Roberto Requião sustentou que a aprovação de votos em separado não significaria que seu relatório seria emendado, visto que, em sua opinião, isso era impossível. Geraldo Melo esclareceu que o relatório estava aprovado, mas podia receber alterações decorrentes da aprovação de votos em separado, conforme havia sido decidido numa reunião realizada de manhã. Contra esse entendimento, Requião recorreu ao plenário da CPI.

Por seis votos a cinco, a comissão entendeu que os votos em separado não tinham o poder de emendar o parecer do relator. Foi quando Geraldo Melo renunciou à presidência dos trabalhos. Às 21h40, com Eduardo Suplicy anunciando o fim dos trabalhos, a CPI dos Precatórios encerrou sete meses e meio de investigações sobre os títulos emitidos por governadores e prefeitos para pagar precatórios. O relatório de Requião estava aprovado com anexos.

Ação conjunta visa à punição dos envolvidos

O resultado das investigações em torno da autorização, emissão e negociação de títulos em 1995 e 1996 para pagamento de precatórios foi apresentado na noite de ontem a representantes do Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Receita Federal e Polícia Federal. "Dessa forma, informamos à sociedade que estamos passando aos órgãos competentes o resultado dos nossos trabalhos", disse o presidente em exercício da CPI, Geraldo Melo (PSDB-RN).

Participaram do encontro o ministro Humberto Souto (TCU), o procurador Haroldo Nóbrega (Procuradoria Geral da República), Vicente Chelotti (diretor da Polícia Federal), Paolo Zaghen (Banco Central) e Everardo Maciel (secretário da Receita Federal). Humberto Souto disse que duas auditorias já estão sendo realizadas por aquela corte em consequência dos trabalhos da CPI, daí "por que foi tão importante o trabalho em

conjunto".

"É importante observar que estamos diante de uma CPI de última geração. Pela primeira vez, os três Poderes trabalharam em conjunto e os resultados da investigação se encaminham para consequências concretas", disse o relator Roberto Requião (PMDB-PR).

Esperidião Amin (PPB-SC) considerou "do maior significado" a presença de todas aquelas autoridades na apresentação do relatório de Requião e disse ser essa uma homenagem ao valioso trabalho realizado. Geraldo Melo observou que a sociedade agora estava tendo a oportunidade de ver os resultados concretos produzidos pela CPI dos Precatórios.

Na ocasião, Geraldo Melo informou que a Receita Federal produziu um auto de infração superior a R\$ 64 milhões contra a distribuidora Split, uma das suspeitas de irregularidades investigadas pelos senadores.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Votação em turno único da *PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

nia

Pauta: Votação das emendas destacadas que foram oferecidas ao substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) à *PEC nº 33/96, que modifica o Sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

15h - Instituto Legislativo Brasileiro

Pauta: Palestra ministrada pelo professor Aloysio Ivo Uraou sobre: Como vencer o medo de falar em público e conquistar sucesso na vida.

A propósito das irregularidades constatadas com precatórios, senador lembra projeto de sua autoria, à espera de parecer na CAE

Suassuna quer lei dura contra crime financeiro

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem uma legislação que permita apuração mais rápida dos crimes contra o sistema financeiro. Os chamados "crimes do colarinho branco" demonstram, segundo ele, a fraqueza das nossas instituições oficiais em regular o sistema financeiro nacional.

Para Suassuna, além da caracterização do mercado como verdadeiro faroeste, a tolerância das autoridades com o sistema financeiro dá aos peritos nos meandros do setor a oportu-

tidade de cometer irregularidades do tipo das investigadas pela CPI dos Precatórios.

- Temos uma legislação permissiva e leniente com o grande criminoso, uma situação que é mais chocante quando sabemos do rigor com que são tratados os culpados de pequenos delitos.

Ele lembrou que apresentou projeto de lei complementar vi-



Suassuna: só pequeno sofre

sando à regulamentação do artigo 192 da Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional. A proposta, atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos, busca suprir "essa lacuna da legislação, cumprindo uma obrigação a que o Congresso Nacional se vem furtando já por quase nove anos".

João Rocha: BNDES deve financiar obras nas regiões mais pobres

Ao elogiar os investimentos do BNDES em infraestrutura e saneamento, o senador João Rocha (PFL-TO) pediu prioridade para o Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com recursos para a conclusão de obras importantes para as regiões.

Na sua opinião, embora o banco já execute projetos que visam a reduzir os desequilíbrios



João Rocha: mais iniciativas

regionais, por meio de prazos de pagamento em condições diferenciadas e melhores taxas de juros para aquelas regiões, "outras iniciativas devem se somar a essas, para que sejam contemplados os setores de infraestrutura e saneamento, que se apresentam extremamente carentes nas regiões mais pobres".

Entre os investimentos que

devem ser feitos pelo BNDES, ele apontou a Usina Hidrelétrica de Lageado, em Palmas (TO), que será interligada à rede Norte-Sul de transmissão, e a hidrovía Araguaia-Tocantins, "alternativa importante para o barateamento do transporte, além de favorecer a integração das regiões brasileiras", frisou.

Em apertes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) elogiaram o pronunciamento.

Ciência e tecnologia trarão a prosperidade, crê Otoniel

A sonhada interiorização do Brasil pode começar a se efetivar por meio da articulação de políticas de ciência e tecnologia, afirmou o senador Otoniel Machado (PMDB-GO), ao destacar "a visão de estadista do presidente Fernando Henrique Cardoso, que coloca a ciência e tecnologia como uma das estratégias seguras para alçar o Brasil a um novo tempo de prosperidade".

Otoniel disse que os crescentes investimentos na área da

pesquisa científica e a democratização do acesso aos avanços tecnológicos indicam que o Brasil ingressará no terceiro milênio em condições favoráveis para um grande salto de desenvolvimento.

O senador elogiou a iniciativa do governador de Goiás, Maguito Vilela, de criar e estruturar a Secretaria da



Otoniel: "visão de estadista"

Ciência e Tecnologia, para introduzir o estado na linha de frente da pesquisa científica e tecnológica.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) disse que o Brasil só será uma nação de primeiro mundo quando passar a aplicar maior volume de recursos em ciência e tecnologia.

Jonas pede incentivo para microempresas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) propôs ontem a mudança na legislação das micro, pequenas e médias empresas, das quais, conforme assinalou, depende o Brasil para "o fortalecimento e o alargamento do mercado interno, dos ganhos de produtividade, da capacidade de competitividade das empresas e das condições de funcionamento que determinam o volume da geração anual de empregos".

"É necessário estender a uma parcela cada vez maior do empresariado brasileiro a redução de encargos e de impostos, maior acesso ao crédito com juros menos onerosos, redução de taxas de importação, tudo



Jonas propõe legislação melhor

isso em nome da maior eficiência e competitividade da empresa nacional", observou. Jonas lembrou ainda que o país deve gerar a cada ano milhares de vagas no mercado, para absorver jovens que têm de trabalhar.

Benedita critica extinção da Sunab

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu ontem aos parlamentares o exame em profundidade da extinção da Sunab, determinada pelo Executivo. Para ela, trata-se do único órgão federal de defesa do consumidor com delegacias em todos os estados. Benedita apresentará requerimento ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando informações sobre o assunto.

A título de comprovação da importância da Sunab para os consumidores, Benedita observou que, de janeiro a maio deste ano, o órgão registrou mais



Benedita: consumidor perde

de 10 mil denúncias, 1.600 autos de infração, 2.100 infrações e 500 notificações, além de 9 mil diligências nas capitais e 1.700 no interior.

Quintanilha teme caos na informática em 2000

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) voltou a cobrar do governo providências para evitar problemas no ano 2000, pela falta de programação dos computadores para a mudança de datas na virada do milênio.

Ele citou pesquisa com 108 empresas brasileiras na qual 20% trabalhavam na conversão dos programas; 36% começariam este ano e 19% desconheciam o assunto.

O senador teme o caos que poderá advir de documentos cujos registros, na virada do século, serão computados no ano de 1900, à falta de programas



Quintanilha: computador errado

que garantam a continuidade no tempo dos registros. Em aparte, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou o discurso.

Se aprovada em plenário, a emenda constitucional irá ao STF para que os ministros a referendam. Relator diz que intenção não é obrigar juízes a decisão uniforme, mas sim evitar a multiplicação de processos

Efeito vinculante depende do Supremo

Depois de quase duas horas de debates no plenário sobre a proposta de emenda constitucional que cria o efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal para os demais órgãos do Judiciário e o Poder Executivo, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM), relator da proposta, aceitou ontem uma mudança, estabelecendo que só haverá esse efeito se o STF o decidir. Mesmo assim, a determinação terá de contar com votos de dois terços dos ministros do Supremo.

A emenda de plenário foi apresentada pelo próprio autor da proposta de mudança constitucional, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). O relator concordou ainda que haverá efeito vinculante para o Judiciário e o



Ronaldo: três razões para a PEC

Executivo "nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo". Jefferson Péres rejeitou outras emendas de plenário, inclusive uma que limitava o efeito vinculante quando o assunto fosse Previdência Social e pagamento de tributos.

A proposta substitutiva do



Jefferson: efeito vale para tudo

senador Jefferson Péres e as seis emendas de plenário serão votadas hoje pelos senadores, conforme decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ontem houve apenas discussão da matéria.

Ao apresentar seu parecer, o relator assinalou que se trata "de mudança importante no ordenamento jurídico do

país". Disse que, na verdade, o Senado está ampliando o efeito vinculante, pois ele já existe para as decisões de mérito nas ações declaratórias de constitucionalidade. "É importante que se ressalte, até em resposta aos críticos do efeito vinculante, que o seu objetivo principal não é obrigar o juiz a decisão uniforme, mas evitar a multiplicação de processos ociosos", explicou.

O autor da proposta, senador Ronaldo Cunha Lima, esclareceu que formulou a alteração constitucional por três motivos. Primeiro, para desafogar o STF, cujos 11 ministros têm neste momento cerca de 30 mil processos, "dos quais aproximadamente 70% exigem decisões repetitivas, porque o assunto já foi julgado pelo Supremo". Segundo, como tentativa de harmonizar

"o quanto possível as decisões judiciais do país, para evitar posições conflitantes de juízes, de tribunais". A terceira motivação, conforme afirmou, é "permitir igualdade entre recursos processuais e recursos materiais".

Ronaldo Cunha Lima lembrou que os argumentos contrários ao efeito vinculante se resumem a dois: uma possível redução na independência dos juízes e um engessamento nas decisões jurídicas.

"Não estou propondo súmula vinculante e não me consta que, desde que o STF a adotou, juiz algum tenha-se levantado contra ela. Tampouco me consta que algum juiz recuse adoção de súmula nas suas sentenças. Por que agora recusa o efeito vinculante?", perguntou o senador.

Medida gera controvérsia entre senadores

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou-se contrário à mudança, por considerar que o efeito vinculante "reforçará a tradicional concepção centralizadora das nossas elites, quando a dinâmica da sociedade encaminha-se em sentido contrário: cada vez mais descentralização, diversidade e pluralismo". Freire chegou a comparar o efeito vinculante à avocatória do regime militar pós-64. Para ele, mais importante para resolver o excesso de demandas judiciais no país é aumentar o número de juízes.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) quis saber se o Senado não teria afetadas suas prerrogativas previstas no artigo 52 da Constituição, o qual diz que compete à Casa suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF. Ronaldo Cunha Lima e Josaphat Marinho (PFL-



O plenário acompanhou com atenção os debates sobre a proposta

BA) disseram que as prerrogativas são mantidas.

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, sustentou que cerca de 60% dos processos em curso no STF envolvem interesses da União e do INSS. A seu ver, para reduzir o número de processos bastaria o advogado-geral da União editar súmulas administrativas, o que evitaria

ações idênticas chegassem ao Supremo. Conforme Dutra, no fundo o poder público insiste até o STF em cada ação, mesmo sabendo que irá perder, "para adiar o pagamento".

Josaphat Marinho destacou que o Senado vem tratando o efeito vinculante com "muito escrupulo".

- Em primeiro lugar, não se está admitindo súmula para a

declaração do efeito vinculante. Apenas se confere ao STF a competência de declarar, nos casos em que lhe parecer adequado, o efeito vinculante, por dois terços dos votos dos seus juízes - frisou. Josaphat disse que o efeito vinculante "não será para qualquer causa, mas naquelas em que o pensamento predominante da corte seja no sentido de extirpar a con-

trovérsia". Além disso, lembrou que "não se obstará à parte o direito de arguir a sua pretensão perante o juiz. A matéria, portanto, se porventura sustentado o pré-questionamento, pode chegar ao Supremo".

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a quase totalidade dos juízes quer saber se o que julgam é assunto de súmula. "A prática demonstra que, se o assunto está sumulado, 90% das decisões do Judiciário têm base na súmula."

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), depois de destacar que a mudança irá desafogar a Justiça, afirmou que se trata de uma decisão que irá orientar a Justiça nas regiões do interior. "Quantas ações são julgadas ao sabor das contingências locais? Ao sabor do autoritarismo local?"